

Livro secreto do Exército é revelado

Lucas Figueiredo, para o Estado de Minas e Correio Braziliense (15/4/2007)

O mistério que dura duas décadas chega ao fim. Há 19 anos, uma dúzia de oficiais da reserva esconde uma espécie de “santo graal” da linha-dura das Forças Armadas: um livro produzido pelo serviço secreto do Exército, que conta o que seria “a verdade” sobre a luta armada promovida por organizações de esquerda, entre 1967 e 1974. A obra nunca foi publicada e até mesmo seu título foi mantido em sigilo. Alguns poucos exemplares artesanais passaram de mão em mão, num círculo fechado. Apenas 40 páginas da obra (menos de 4% do total) circulam livremente pela Internet, postadas no site do grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), que reúne militares e civis de extrema direita.

A reportagem do *Correio/Estado de Minas* obteve uma cópia do megadocumento, que tem 966 páginas divididas em dois tomos. A obra tem uma enorme importância histórica. Ela comprova, por exemplo, que o Exército possui informações sobre mortos e desaparecidos políticos que oficialmente nega ter (leia reportagem às páginas 3 e 4). Contém ainda mentiras, manipulações, mas também verdades incômodas, tanto para as Forças Armadas quanto para organizações de esquerda.

A obra começou a ser feita em 1986 como forma de responder às acusações contidas no livro *Brasil: Nunca Mais*, lançado no ano anterior, pela Arquidiocese de São Paulo, para denunciar a tortura e o assassinato de presos políticos na ditadura militar (1964-1985). Durante dois anos, por ordem direta do então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, cerca de 30 oficiais do Centro de Informações do Exército (CIE) — o serviço secreto da Força — trabalharam de forma sigilosa no chamado *Projeto Orvil* (orvil é a palavra livro ao contrário). Quando o livro

ficou pronto, em 1988, foi batizado com o título de *As tentativas de tomada do poder*. Na época, porém, Leônidas desistiu de publicar a obra, que, rebatizada como *Livro negro do terrorismo no Brasil*, acabou se tornando uma relíquia militar.



Os dois tomos do livro secreto

Ao descrever o dia-a-dia de dezenas de organizações de esquerda, o livro cita mais de 1.700 pessoas, muitas delas ainda em atividade, como o ministro Franklin Martins (Comunicação Social), o ex-ministro José Dirceu, o governador José Serra (São Paulo) e o cantor e compositor Chico Buarque. Os dados, como é dito na apresentação do livro, foram retirados de documentos dos arquivos secretos militares.

Quatro fontes distintas comprovam que é autêntica a cópia obtida pelo *Correio/Estado de Minas*:

- 1) Trechos do livro foram copiados de documentos secretos do próprio Exército. Um caso concreto: nas páginas 721 e 722, está escrito: “A localidade de Santa Cruz, por exemplo, dista 600 km da sede do município, em Conceição do Araguaia, e a única ligação existente entre elas é o rio, demorando a viagem entre uma localidade e outra uma média de 5 dias”. Texto praticamente idêntico aparece em documento do Exército de 30 de

outubro de 1972, classificado como secreto: “(...) A localidade de Santa Cruz dista 600 km da sede do município em Conceição do Araguaia e a viagem pelo rio, único meio de ligação, demora da ordem (sic) de 5 dias”.

2) Outros trechos do livro — como o relato do seqüestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, em 1970 — são cópias ou adaptações de textos publicados no site do grupo do Ternuma (www.ternuma.com.br), guardião da obra.

3) Consultadas pelo *Correio/Estado de Minas*, pessoas citadas no livro — entre elas Cid Queiroz Benjamim e Maurício Paiva, que participaram da luta armada — apontam erros e manipulações na obra, mas confirmam a veracidade de inúmeros detalhes, que ainda não são de conhecimento público.

4) Um oficial do Exército que possui um exemplar do livro confirmou que a cópia em poder da reportagem é autêntica.

Durante dois meses, o *Correio/Estado de Minas* confrontou o conteúdo do livro secreto do Exército com outras 12 obras de referência histórica e com dezenas de documentos das Forças Armadas. Também entrevistou 32 pessoas envolvidas direta ou indiretamente com os fatos narrados. O resultado do trabalho começa a ser publicado a partir de hoje numa série de reportagens especiais. O *Livro negro do terrorismo* no Brasil agora faz parte da história.

xxx

O relato inédito sobre 23 mortos

Há mais de 30 anos o Exército nega ter informações sobre as condições em que morreram e/ou desapareceram centenas de pessoas ligadas a organizações de esquerda durante a ditadura militar (1964-1985). Em pelo menos 23 casos, contudo, é falsa a versão de que do Exército nada sabe. A

prova está no livro secreto produzido pela Força entre 1986 e 1988. A obra do Exército desmente o próprio Exército ao relatar o destino de 16 guerrilheiros do PCdoB na região do Araguaia (Pará) e de outros sete militantes — três do Movimento de Libertação Popular (Molipo), três da Vanguarda Popular Revolucionário (VPR) e um da Ação Libertadora Nacional (ALN) — em diversos pontos do país e até o exterior.



João Carlos Haas Sobrinho (esq.) pouco antes de se juntar à Guerrilha do Araguaia

Os relatos contêm informações corretas e falsas. O Exército omitiu, por exemplo, o dado de que vários foram mortos quando se encontravam presos. Mas, quando se ateu a colocar no papel informações verídicas, chegou a dar detalhes. É o que acontece, por exemplo, no relato da morte de seis guerrilheiros no Araguaia (Ciro Flávio Salasar de Oliveira, Manoel José Nurchis, João Carlos Haas Sobrinho, Francisco Manoel Chaves, José Toledo de Oliveira e Antônio Carlos Monteiro Texeira). Ao descrever os últimos momentos dos seis guerrilheiros, o livro informa a quais batalhões pertenciam os militares que os mataram (6º e 10º Batalhão de Caça).

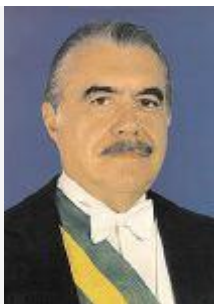
No livro, o Exército também narra a prisão de Boarnerges de Souza Massa (Molipo) e Kleber Lemos da Silva (PCdoB), cujos corpos nunca foram encontrados. O fato reforça o indício de que ambos foram assassinados quando se encontravam presos. O caso de Boarnerges é ainda mais revelador. Sabia-se apenas que ele treinara guerrilha em Cuba e que desaparecera ao voltar clandestino ao Brasil em 1971. Desconhecia-se, porém, se tinha sido preso, se morrera em combate ou se simplesmente deserdera. Sabe-se agora, de acordo com a página 607 do livro secreto do Exército, que naquele ano ele “foi preso em Pindorama, em Goiás, utilizando nome falso”, e que passou por interrogatórios.

Outro trecho revelador do livro refere-se a Wânio José de Mattos, integrante da VPR que desapareceu no Chile em setembro de 1973, após o golpe militar que depôs o presidente Salvador Allende. Só em 1992, quando os arquivos chilenos foram abertos, a família foi informada pelas autoridades daquele país que, por falta de atendimento médico, Wânio morrera de peritonite aguda no Estádio Nacional, onde se encontrava preso. Contudo, pelo menos quatro anos antes da abertura dos arquivos chilenos, o Exército brasileiro já tinha conhecimento da versão, como mostra a página 788 do livro secreto. O trecho em que se lê “Wânio José de Mattos morreu no Chile, em 1973, com `peritonite’”, é mais uma prova de que, a partir do início da década de 1970, as ditaduras latino-americanas atuavam em estreita sintonia na guerra suja que travavam sobre seus opositores, parceria que ficou conhecida com o nome de Operação Condor.

Das 23 mortes relatadas no livro secreto do Exército e que ainda não tinham sido assumidas oficialmente pela Força, 22 corpos nunca foram encontrados. Se o Exército tem uma versão para essas 22 mortes, é presumível que tenha informações do que foi feito com os corpos.

Cronologia do *Projeto Orvil*

1985



O então presidente José Sarney

José Sarney toma posse na Presidência, pondo fim a 21 anos de ditadura militar. No mesmo ano, a Arquidiocese de São Paulo lança o livro *Brasil: nunca mais*, com relatos de tortura e assassinato de presos políticos ocorridos durante a ditadura.

1986

Para responder ao *Brasil: nunca mais*, o ministro Leônidas Pires (Exército) manda o serviço secreto da Força produzir um livro com a versão dos militares para a luta armada. Inicia-se assim o *Projeto Orvil* (a palavra livro ao contrário).

1988

O livro do Exército fica pronto e é batizado com o título *As tentativas de tomada do poder*. Leônidas (foto), contudo, volta atrás e decide não publicá-lo. O documento então passa a circular entre militares da reserva rebatizado de *Livro negro do terrorismo no Brasil*.

2000

Integrantes do grupo de extrema direita Terrorismo Nunca Mais (Ternuma), que reúne militares e civis, têm acesso ao livro e colocam na internet cerca de 40 páginas da obra. Não informam, porém, a origem dos textos.

2007

O *Correio/Estado de Minas* obtém uma cópia do livro. Com 966 páginas, o documento cita mais de 1,7 mil pessoas ligadas a organizações de esquerda, muitas delas ainda em atividade. A obra comprova que o Exército esconde informações sobre desaparecidos.

xxx



Suzana Lisboa

Processos podem ser reabertos

As informações contidas no livro secreto do Exército podem provocar a revisão de casos já apreciados pela Comissão Especial que julga a responsabilidade do Estado na morte e desaparecimento de ativistas políticos. A opinião é de Suzana Lisboa, ex-membro da Comissão Especial e integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Ela cita o caso de Wânio José de Mattos, que, segundo o livro do Exército, morreu de peritonite no Chile, em 1973, quando se encontrava preso no Estádio Nacional. A mesma versão só foi tornada pública pelas autoridades chilenas em 1992, ou seja, quatro anos após a conclusão do livro secreto do

Exército. “A Comissão Especial negou a indenização no caso de Wânio por considerar que o Estado brasileiro não tinha relação com a morte. Pelo que revela o livro do Exército, no entanto, vê-se agora que essa relação existia”, afirma Suzana.

Para ela, o Ministério Público deve inquirir militares que participaram da elaboração do livro, a começar pelo ex-ministro Leônidas Pires Gonçalves, a fim de que eles esclareçam como a obra foi feita e como cópias dela chegaram às mãos de particulares. “A história do país foi roubada por uns poucos”, diz Suzana. “Sempre se soube que esse livro existia, mas ele nunca tinha sido manuseado fora do meio militar. É importante que o Exército responda algumas questões: Onde estão os documento que serviram de base para o livro? Quem colaborou na realização do livro? Quanto custou? Como foi parar nas mãos de terceiros?”

Conselheira da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e presidente do grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, Diva Soares de Santana também considera que o Exército deve explicações em relação ao livro secreto. “O livro foi feito com dinheiro público, por isso os militares têm a obrigação de abrir as informações referentes a ele”.

xxx

Livro era uma arma, diz general

“Eu disse ao (José) Sarney: ‘Eu fiz esse livro. É uma arma que eu tenho na mão’.” Às vésperas de completar 86 anos, saudável e com a memória preservada, o general da reserva Leônidas Pires Gonçalves relembra, em entrevista ao *Correio/Estado de Minas*, o dia em que, na condição de ministro do Exército, se reuniu com o presidente da República para discutir o que fazer com a versão oficial dos militares para a luta armada que o serviço secreto do Exército acabara de concluir. “Falei para o Sarney que

não ia publicar o livro. Para que criar um problema que não existe?”, recorda Leônidas. “Esse livro”, concluiu o general na conversa com o presidente, “fica como um documento, que nós (militares) podemos ter a necessidade (de divulgar) no futuro.” De acordo com Leônidas, Sarney concordou e ambos deram o caso por encerrado.



General Leônidas Pires Gonçalves

Quais seriam as “necessidades” a que se refere Leônidas? É o próprio general quem explica: atos de “revanchismo” contra as Forças Armadas por parte de “quem perdeu a guerra”. “Naquele tempo (em que o livro foi feito), não havia o que acontece agora, um revanchismo sem propósito”, afirma ele. “No meu período como ministro (1985-90), não houve nenhum problema dessa natureza, essas ‘mães não-sei-do-quê’, (grupos do tipo Tortura: nunca mais.”

Leônidas confirma que partiu dele a ordem para fazer o livro. Diz, porém, que não ficou com nenhum exemplar. “O livro foi feito pelo CIE (Centro de Informações do Exército, serviço secreto da Força) com base nos documentos que o órgão dispunha”, afirma. O general é categórico ao comentar a suposta destruição de documentos do CIE, que, segundo vem argumentando o Exército nos últimos anos, impediria a divulgação de

informações referentes ao combate às guerrilhas urbana e rural nas décadas de 1960 e 1970: “Foram queimados coisa nenhuma”.

Na opinião de Leônidas, o Exército não tinha a obrigação de mostrar o “livro negro” a ninguém, já que a obra não foi publicada. “Isso é passado. Vamos olhar para frente”, sugeriu. O general critica os guerrilheiros do Araguaia — “A pergunta é: o que eles estavam fazendo lá? Fazendo um enclave, que é uma coisa lesa-pátria. O resto é conversa fiada” —, critica antigos companheiros de desaparecidos políticos — “Nós cuidamos dos nossos mortos. Eles deviam ter cuidado dos mortos deles” — e critica também os familiares — “Por que não perguntam o que seus filhos estavam fazendo lá? Por que não perguntam se mereciam ou não mereciam, na luta, serem mortos?”

Ainda em relação ao Araguaia, Leônidas chama de “guerra” o enfrentamento que ocorreu entre as Forças Armadas e os guerrilheiros do PCdoB. “O que resulta de guerra? Morte. Essas coisas são conseqüências muito naturais. Eles (os grupos de esquerda que participaram da luta armada) perderam a guerra e agora querem ganhar no tapetão”, afirma. De acordo com ele, o número de ativistas políticos de esquerda mortos durante o regime militar — cerca de 350 — foi até pequeno se comparado ao que aconteceu nas ditaduras do Chile, 3 mil mortos, e Argentina, 30 mil mortos. “Nossa vitória, do ponto de vista de (perda de) vidas humanas, foi muito sóbria.” Por fim, conclui: “Na guerra só há uma coisa bonita: a vitória. O resto não é bonito”.

Na quarta-feira, o *Correio/Estado de Minas* entrou em contato com o Ministério do Exército, que solicitou que perguntas referentes ao caso fossem enviadas por escrito, o que foi feito no mesmo dia. Até a noite de sexta-feira, porém, as respostas não haviam chegado. O senador e ex-presidente José Sarney informou, por meio de sua assessoria, que não se

lembra do livro. O grupo Terrorismo nunca mais (Ternuma), uma espécie de guardião do *Livro negro do terrorismo no Brasil*, não respondeu questionário enviado pela reportagem. (LF)

xxx

Famílias exigem corpos

Ouvidos pelo *Correio/Estado de Minas*, familiares de mortos e desaparecidos políticos citados no livro reivindicam a abertura dos documentos que embasaram a obra para que possam localizar os restos mortais de seus parentes:

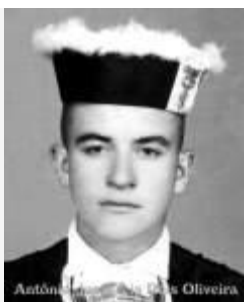
Clélia de Melo (irmã de **Alcery Maria Gomes da Silva**):



Alcery Maria Gomes da Silva

“Minha irmã foi enterrada como indigente e, por isso, não soubemos de nada referente a ela durante muito tempo. Andamos em círculos durante anos para conseguir informações. Só fomos conseguir o atestado de óbito em 1995, mesmo assim depois de muito esforço. Se esse livro tivesse vindo a público, teríamos conseguido o atestado de óbito antes. Nunca conseguimos reaver o corpo de minha irmã. Machuca saber das coisas que estão escritas nesse livro, mas é sempre bom saber um pouquinho mais. A verdade precisa aparecer”

Baltazar Oliveira (irmão de **Antônio dos Três Reis Oliveira**):



Antônio dos Três Reis Oliveira

“Na década de 1970, minha família fez contatos com o Exército para saber o que tinha acontecido com meu irmão, mas eles negaram ter qualquer informação. Nunca tivemos uma posição oficial em relação à morte de meu irmão. O Exército escondeu durante todo esse tempo que tinha as informações que agora aparecem no livro. O Exército sabe onde estão os restos mortais do meu irmão. É importante que esse livro venha à tona. É preciso acabar com essa história de desaparecidos políticos no Brasil. O que queremos é dar um sepultamento digno para nossos parentes”



Joelson Crispim

Olga Crispim Lobo Bardawil (irmã de **Joelson Crispim**):
“Meu irmão tinha 22 anos quando morreu, e minha família ficou marcada por esse acontecimento pelo resto da vida. Ficou uma sombra nas nossas vidas. Em relação ao livro, deve vir a público toda informação que por direito é pública. Se o livro foi baseado em documentos, como parece ter sido, onde estão eles? Devem estar guardados em arquivos. A única resposta que eu quero saber é onde eles enterraram meu irmão. Está na

hora de as famílias dos desaparecidos políticos poderem botar um ponto final nesse luto. Nós temos esse direito”

Criméia Alice Schmidt de Almeida (viúva de **André Grabois**):



André Grabois

“Está claro que esse livro foi feito com base em documentos. Ninguém guarda de memória tantas informações. Esse livro foi produzido pelo serviço público, por ordem do serviço público, mas ficou com particulares, o que é um absurdo. Ele deveria ter sido publicado. O governo não pode produzir livros secretos. Chega de coisas secretas”

Sônia Haas (irmã de **João Carlos Haas Sobrinho**):

“Se esse livro traz novidades, informações novas às quais nunca tivemos acesso, por que não fomos informados? Por que não temos acesso a ele? Esse livro tem de ser um instrumento de pesquisa para nós, tem de ser socializado. Apesar do desgaste pelo qual passamos todos esses anos na busca dos restos mortais de meu irmão, notícias como essa sempre despertam uma fagulha de esperança de que um dia essa busca terminará. A localização dos restos mortais de nossos parentes é um compromisso social, de justiça, de história. Temos direito a isso”

Marida Toledo de Oliveira (irmã de **José Toledo de Oliveira**):



José Toledo de Oliveira

“O Exército tem de se manifestar. Onde eles pegaram as informações que estão no livro? Eles agora têm de abrir os documentos em que o livro se baseou. O arquivo ainda deve existir”.



Francisco José de Oliveira

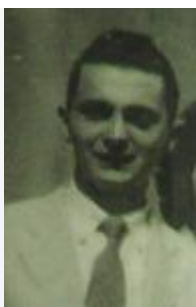
Nella Oliveira Menin (irmã de **Francisco José de Oliveira**):
“Não obtive uma versão da morte do meu irmão por parte do Exército. Nunca falaram nada. O governo Lula falou que ia liberar os arquivos, mas até agora nada”

Helenalda de Souza (irmã de **Helenira Resende de Souza**):



Helenira Resende de Souza

“De acordo com os relatos que ouvi, minha irmã foi torturada antes de ser morta. No livro não está escrito isso, mas, se o Exército assume que ela foi morta, certamente sabe também como isso aconteceu. Os militares sempre disseram que não tinham informação sobre minha irmã, mas o livro prova que eles mentiram. A notícia de que esse livro existe reforça a necessidade de o Exército abrir seus arquivos secretos”



Boanerges de Souza Massa

Cyro Massa (irmão de **Boanerges de Souza Massa**):

“Na época em que Boanerges desapareceu, minha família não foi informada da sua prisão. É público que, na prisão, utilizava-se da tortura para que os presos contassem o que sabiam. O que eu quero saber é onde está o corpo do meu irmão. Essa informação vai ter de sair dos arquivos”

Maria de Lourdes Oliveira (sobrinha de **Ciro Flávio Salazar de Oliveira**)



Ciro Flávio Salazar de Oliveira

“Há várias versões para a morte do meu tio. Não sabemos direito o que aconteceu. Deve haver documentos guardados que esclareçam isso. É uma vergonha. As pessoas têm o direito de enterrar seus mortos. Muitos pais já faleceram sem saber o que tinha acontecido com seus filhos. É um ponto importante da nossa história que precisa ser revelado”



Kleber Lemos da Silva

Norival dos Santos Silva (irmão de **Kleber Lemos da Silva**):
“É bom que tudo isso venha a público”

Maristella Nurchis (irmã de **Manoel José Nurchis**):
“A descrição da morte de meu irmão que está no livro confere com os relatos que escutei. Agora o Exército precisa se manifestar”.

Disponível em: <http://lfigueiredo.wordpress.com/2011/12/13/arquivo-de-reporter-1-o-livro-secreto-do-exercito/>